

DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL E A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO¹

Marilda Rosado de Sá Ribeiro²

Sumário: 1 Introdução. 2 Direito Ambiental e Direito Ambiental Internacional: O legado de Guido Soares. 3 Perspectiva de valor: Novos princípios e Paradigmas: A cooperação e Direito ao desenvolvimento. 4 Novos e velhos atores: O papel das ONG's e as empresas transnacionais. 5 Direito Ambiental Internacional na área do petróleo. 5.1 Descomissionamento de Instalações. 5.2 Case Texaco Equador. 6 Considerações Finais.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Internacional do meio ambiente como área nova e dinâmica do Direito Internacional, tem seu nascimento identificado a partir da emergência das preocupações ambientais com os grandes acidentes ocorridos nos anos sessenta.³

Ainda não há considerável diferenciação, nem tampouco uma utilização precisa dos termos Direito Internacional Ambiental e Direito Ambiental Internacional, podendo-se utilizar um ou outro com o mesmo propósito. No atual momento, não se trata de uma disciplina autônoma do Direito, mas de um ramo do Direito Internacional focado na instituição de regras ambientais internacionais com fins de conservação e uso racional do meio ambiente.

A regulação internacional do meio ambiente sofre as conseqüências do fenômeno denominado “mundialização”, ou “globalização”⁴, em primeiro lugar pela

¹ Artigo publicado na obra DIREITO INTERNACIONAL, HUMANISMO E GLOBALIDADE : Guido Fernando Silva Soares *Amicorum Discipulorum Liber*, Coord. Paulo Borba Casella, Umberto Celli Junior, Elizabeth de Almeida Meirelles e Fabricio Bertini Pasquot Polido, São Paulo, Atlas, 2008, pp. 503 a 526. O ARTIGO NÃO FOI REVISTO PARA ESTA REPUBLICAÇÃO E HÁ RELEVANTES EVENTOS E INOVAÇÕES EM CURSO NESSE INTERREGNO. Entretanto, permanecem válidas muitos dos princípios e tendências aqui apontadas. Colaboraram na versão original deste artigo Luiz Gustavo Escorcio Bezerra, especialista em Direito do Petróleo pela UERJ (PRH-33) e Mestrando (LL.M. in Environmental Law) pela University College London, Simone Anhaia Melo, doutoranda em meio ambiente pela UERJ e Maria Angélica Araújo de Medeiros, graduanda em Direito pela UERJ e Bolsista do PRH-33.

² Doutora em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo – USP e Professora de Direito Internacional Privado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

³ REI, Fernando, A Peculiar Dinâmica do Direito Internacional do Meio Ambiente in *Direito Internacional do Meio Ambiente* Ensaios em Homenagem ao Prof. Guido Fernando Silva Soares São Paulo, Atlas, 2006, p. 5

⁴ No plano econômico, a mundialização ou globalização é muito bem descrita pelo relatório da OCDE: “Mundialização (...) um processo pelo qual os mercados, as tecnologias e os modos de comunicações se internacionalizam com o tempo. Em geral, a mundialização deveria favorecer o crescimento da produção econômica mundial [efeitos de escala]. De igual forma, causaria modificações na composição da localização das atividades de produção e de consumo [efeito estruturais]. Tal fato significa, dentre outros, que trajetórias tecnológicas diferentes [efeitos sobre a tecnologia] se imporão e que estoques

própria natureza dos fenômenos físicos, que não conhecem fronteiras entre Estados. Guido Soares nos lembra que a poluição, gerada num território bem definido, pode ultrapassar suas fronteiras e causar danos ao território de outros Estados, ou aos espaços internacionais comuns, como o alto-mar, o espaço sideral e a Antártida.⁵

Guido Soares ensina que já estávamos no século XX quando emergiram nas legislações internas iniciais as primeiras preocupações com o meio ambiente, baseadas em situações emergenciais ou catastróficas, e não previstas e constitutivas de graves danos e ameaças à saúde pública. Somente no pós-guerra, com os efeitos nocivos advindos da acumulação de detritos perigosos, as autoridades começaram a elaborar uma regulamentação sobre saúde pública, no âmbito ambiental.⁶

Historicamente, no Brasil, como em muitos outros países, as normas relacionadas ao meio ambiente eram mais normas de Direito Administrativo do que propriamente normas de Direito Ambiental. Cuidavam precipuamente de questões urbanísticas como a qualidade da água, condições de higiene e saneamento das cidades, exploração de riquezas minerais e medidas a serem tomadas em determinados eventos naturais, como secas e inundações. Guido Soares elucida que na medicina vem de longa data a relação entre meio ambiente e saúde, embora para as relações internacionais esse tema pudesse ser novo, quando surgiram as primeiras discussões no cenário internacional.

A posição do Brasil acompanhava o restante da América Latina, já que os países da região não a priorizavam, preferindo matérias que pudessem trazer maior desenvolvimento econômico.⁷

Em contrapartida o Brasil não podia ficar alheio às discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento que ocorriam pelo mundo, principalmente na década de 60, pois a pressão para uma regulamentação sobre o tema aumentava exponencialmente. Datam dessa época diversas convenções e acordos celebrados⁸.

novos de produtos serão fabricados e consumidos [efeitos sobre os produtos]" (*OCDE Mondialisation Économique et Environnement*), Paris: OCDE, 1997, p. 7, *Apud* SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito Internacional do Meio Ambiente: Emergência, Obrigações e Responsabilidades*, São Paulo: Atlas, 2001 p. 140 (tradução livre do autor).

⁵ *Idem.*, p. 139.

⁶ *Idem* p. 40.

⁷ URRUTIA R., José Antonio. The Beginning and the End: Liability for Pre-existing Conditions and Reclamation Obligations in Latin América, [S.n.t.]

⁸ Para maior referência sobre o tema consultar SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito Internacional do Meio Ambiente: Emergência, Obrigações e Responsabilidades*, . Cit, p. 50-52 e SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e, *Direito Ambiental Internacional: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e os Novos Desafios da Nova ordem Mundial*. . Cit., p. 27-30.

Um marco nesse processo foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, na qual o Brasil posicionou-se na liderança dos países em desenvolvimento, na polarização que antecedeu a Resolução 2.057 (XXV) da Assembléia da ONU. Na Declaração firmada ao final da conferência consagrou-se o programa de cooperação internacional para conservação, recuperação e melhoria de qualidade ambiental em 26 princípios⁹, dos quais diversos dedicados à emancipação econômica dos países subdesenvolvidos.¹⁰ Considera-se que Estocolmo contribuiu para a conscientização de que as questões relativas à proteção do meio ambiente devem ser focalizadas no próprio ser humano (antropocentrismo), e na instauração de uma Nova Ordem Ambiental Internacional.¹¹

Embora, os princípios enunciados em Estocolmo não tenham sido tão radicais, pode-se afirmar que foram muito importantes para a evolução do Direito Ambiental Internacional. Nos fóruns internacionais sobre o meio ambiente realizados nas últimas décadas do século XX, alguns trabalhos de pesquisa desenvolvidos em centros universitários e financiados por entidades internacionais, como o Clube de Roma, deram o lastro necessário aos debates promovidos pelo movimento ambientalista. Um dos documentos que ilustra tal paradigma é o Relatório Meadows – “Limits to Growth”, elaborado por especialistas do Massachusetts Institute of Technology - MIT.¹² Segundo o referido relatório, publicado sob a orientação de Donella Meadows, em 1974, se as condições à época permanecessem inalteradas a Terra entraria em um colapso ambiental na segunda metade do século XXI.¹³

Passaram-se alguns anos e as Convenções e Tratados em matéria ambiental não estavam alcançando a efetividade necessária. As normas ali contidas, denominadas *soft law*, não impediam que os danos ao meio ambiente assumissem proporções cada vez maiores.

Nesse contexto os organismos internacionais não podiam postergar um assunto de suma importância, para o Direito Internacional. Como decorrência, a

⁹ Princípios disponíveis em http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao_Estocolmo_1972.pdf, acesso em 22.03.07.

¹⁰ SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito Internacional do Meio Ambiente: Emergência, Obrigações e Responsabilidades*, Cit., p. 20-21.

¹¹ REI, Fernando, *A Peculiar Dinâmica do Direito Internacional do Meio Ambiente* Cit., p.7

¹² MASSOCATO, Carolina Assano. *Responsabilidade Civil em Matéria Ambiental*. Monografia (Graduação) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2002, p. 19 (cópia cedida por gentileza da autora).

¹³ SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e, *Direito Ambiental Internacional: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e os Novos Desafios da Nova ordem Mundial*. Cit., 2002. p. 47.

Assembléia Geral da ONU, decidiu convocar outra conferência sobre meio ambiente.¹⁴

Trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, a ECO 92, que viabilizou a emergência de novos paradigmas nas relações entre os diversos atores internacionais, revitalizando o tema do desenvolvimento econômico sob a aura da sustentabilidade, universalizando e humanizando o conceito.¹⁵ Na conferência o relatório supra referido foi analisado, gerando ao final a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, em que os novos princípios foram solidificados.

2 DIREITO AMBIENTAL E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL: O LEGADO DE GUIDO SOARES

Na identificação da gênese do Direito do Meio Ambiente é apontada a necessidade de restabelecimento do equilíbrio entre o homem e o seu meio circundante, a partir da conscientização de indivíduos, Estados e Associações, algumas poderosas entidades ambientalistas da necessidade de atuação de mecanismos jurídicos.¹⁶

Guido Soares aponta o bom caminho da relação entre o Direito Ambiental e a área internacional, não somente por sua abordagem epistemológica, centrada na visão interdisciplinar, entre os ramos da ciência jurídica, notadamente a visão integrada do Direito Internacional, mas também de ciências exatas.¹⁷

Além da enciclopédica análise do tema, seu foco nas obrigações e responsabilidades no contexto do Direito Internacional do Meio Ambiente e sua perspectiva filosófica mais ampla, são um marco na literatura internacionalista sobre o tema.

¹⁴ No ano de 1983, como forma de dar prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos na conferência de Estocolmo, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cuja a presidência foi ocupada pela senhora Gro Harlem Brundtland, da Noruega. Essa comissão era formada por dez membros de países desenvolvidos e dez em desenvolvimento, e realizou os seus trabalhos até 1987. Quando foi entregue o relatório à Assembléia Geral das Nações Unidas. Tratava-se do *Brundtland Report (Our Common Future)* que cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades das presentes gerações sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

¹⁵ SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e, *Direito Ambiental Internacional: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e os Novos Desafios da Nova ordem Mundial*. . Cit., p. 34.

¹⁶ REI, Fernando, *A Peculiar Dinâmica do Direito Internacional do Meio Ambiente* Cit., pp. 7 e 8

¹⁷ SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito Internacional do Meio Ambiente. Emergência, Obrigações e Responsabilidades*. Cit., p. 21.

¹⁷ SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito Internacional do Meio Ambiente. Emergência, Obrigações e Responsabilidades*. Cit., p. 23

A crescente regulamentação nessa área, acompanhada do movimento de conscientização da sociedade civil,¹⁸ causa um impacto não somente jurídico, mas também econômico, para agentes econômicos em escala global.¹⁹ Esta é uma seara em que a interpenetração dos diversos níveis normativos, do plano interno e do plano internacional, apresenta desafios do ponto de vista dos conflitos de fontes²⁰.

Os investidores internacionais em grandes projetos de infra-estrutura precisam estar atentos às convenções internacionais, às disposições legais aplicáveis no âmbito do direito interno dos países de atuação e às cobranças sempre crescentes da sociedade civil.

A responsabilidade envolvendo danos ao meio ambiente e a possibilidade de vultosas indenizações tornou os parceiros mais ciosos na negociação dos documentos contratuais, na análise da lei de regência dos contratos e na responsabilidade extracontratual nesse particular

3 PERSPECTIVA DE VALOR: NOVOS PRINCÍPIOS E PARADIGMAS: A COOPERAÇÃO E DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Dentre os inúmeros conceitos realçados por Guido Soares a questão da cooperação internacional encontra-se no limiar de viabilidade da novíssima ordem internacional. Assim lemos sua afirmação de que *qualquer tentativa normativa de proteção ao meio ambiente, tomando como referencial o ser humano, só poderá ser eficaz, seja no plano interno dos Estados, seja no âmbito internacional, se basear-se em uma cooperação internacional entre pessoas submetidas à jurisdição dos Estados e entre os próprios Estados*.

Para Guido Soares a cooperação Internacional em matéria ambiental resultou da evolução das normas ambientais, que evoluíram de um enunciado

¹⁸ MORIN, Edgar. *As Duas Globalizações: Complexidade e Comunicação uma Pedagogia do Presente*. 2a. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002, pp 41-42 - A área ambiental acrescenta mais um dado ao fenômeno das ONG's, descrito por Morim quanto a outras atividades: "Em todos estes fenômenos, do final do século XX até hoje, há uma coisa nova: são as manifestações da cidadania planetária, que aparecem nas várias associações de médicos sem fronteiras, que vão curar gente de todas as religiões, de todas as opiniões, nas associações como a Anistia Internacional, que em todos os países denunciam as torturas e o descumprimento dos direitos humanos."

¹⁹ Observe-se que, curiosamente, na Convenção de Mudanças Climáticas (1992) os países produtores de petróleo pediram uma compensação financeira, uma vez que a menor utilização do petróleo e seus derivados para controlar a emissão de gases nocivos ao meio ambiente irá prejudicar as suas economias (SMITH, Ernest E.; et al. *International Petroleum Transactions*, Denver, Rocky Mountain Mineral Law Foundation, 2000, p. 745).

²⁰As freqüentes situações em que se chocam as fontes internas e internacionais . Ver DOLINGER, Jacob, *Direito Internacional Privado*, Rio, Renovar, 2003 , pp.91 e segs.

proibitivo. Para o sentido de prevenção do dano, assunção de responsabilidades e assistência recíproca em caso de emergências e acidentes. Gradativamente passaram a prevalecer no cenário internacional as regras mandatórias, que ensejam a cooperação entre os agentes.²¹

A preocupação com o meio ambiente pode ser mais um fator de aglutinação de forças, se considerarmos a atuação dos indivíduos, das empresas e dos Estados, em articulação com os interesses da sociedade internacional. Não é sem razão que Norberto Bobbio inclui o direito de viver em um ambiente não poluído como um direito humano, historicamente situado, por ele considerado o mais importante dos direitos de terceira geração.²² Esses direitos, segundo Bobbio, podem ser ainda uma categoria heterogênea e vaga que sequer poderia ter sido imaginada quando foram propostos os direitos de segunda geração (os denominados Direitos Sociais), mas que deve ser entendida com aquela visão crítica que percebe a ambigüidade que pode ocultar a linguagem jurídica: de um lado está o direito reivindicado e de outro o direito reconhecido e protegido. A proclamação dos direitos pode ter, no primeiro caso, não somente a expressão de uma aspiração, mas uma grande função prática, que é dar uma força particular a essas aspirações.²³

A análise dos Direitos do Homem feita por Norberto Bobbio assume, em determinado momento, a perspectiva de uma filosofia da história. Trata-se de colocar o *sentido* diante de um evento ou série de eventos, segundo uma concepção finalística e teológica da história, como algo orientado para um fim, para um *telos*.²⁴ Se o homem é considerado um animal teleológico, que atua em função de finalidades projetadas para o futuro, há uma problemática transposição do nível do indivíduo para o da humanidade, como um todo, permitindo que se plasme uma história que é, na formulação kantiana, não uma história cognoscitiva, mas uma história cuja função é aconselhadora, exortativa ou sugestiva.²⁵

Outra questão kantiana retomada por Bobbio, a da possibilidade de haver um contínuo progresso do gênero humano para melhor, procura distinguir não somente o progresso material, ou conjunto de esforços para tornar o mundo menos

²¹ SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito Internacional do Meio Ambiente. Emergência, Obrigações e Responsabilidades*. Cit., p. 164-165.

²² BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 6.

²³ Idem, pp 7-10.

²⁴ Idem, p. 50.

²⁵ Idem, p. 51.

hostil, mas também o progresso moral, relativo às regras de conduta.²⁶ Embora admitindo que a parte obscura da história do homem é mais ampla que a parte clara, há zonas de luz inquestionáveis, e entre elas estão incluídos os movimentos ecológicos e pacifistas.²⁷

No mesmo sentido, alguns autores chegam a afirmar que a própria lei da coexistência entre os Estados foi substituída por uma *lei internacional da cooperação*.²⁸ Devemos, entretanto, ter presente a noção de que a cooperação internacional de certa forma pode encerrar uma antinomia com o conceito de soberania, por exigir restrições a esta.²⁹ Os novos estudos sobre a soberania levam em conta o impacto do novo nível de interdependência, como um princípio ativo do jogo internacional, que pode ser considerado contraditório com o conceito de soberania.³⁰ Consta-se uma tensão dialética entre soberania e cooperação. Pretende-se evitar, de toda forma, a imposição de uma nova forma de imperialismo de princípios. Trata-se de apoiar, no exercício dos diversos níveis da atividade jurídica internacional, o ideal de contribuir para uma sociedade internacional mais solidária, em contraponto a um ideal de “*sacrifício da soberania no altar do desenvolvimento*” ou de “*desenvolvimento pelo direito*” em substituição ao lema do pós-guerra “*paz pelo direito*”.³¹

Segundo Celso Amorim³², os primeiros pressupostos da cooperação internacional estão concentrados na idéia de autoridade estatal, distanciados, entretanto, da idéia hobbesiana da vida internacional como guerra de todos contra todos, moderada, apenas, pela razão e o auto-interesse, já que este pensamento inviabilizaria qualquer iniciativa de cooperação internacional.

Como desdobramentos do princípio da cooperação podemos identificar, de forma genérica, o dever de assistência e o direito ao desenvolvimento. As premissas

²⁶ Idem, pp 51-55.

²⁷ Idem, pp 54-55.

²⁸ GARCIA-AMADOR, F.V. *The Emerging International Law of Development: a New Dimension of International Economic Law*. New York: Oceana, 1990, p. 3.

²⁹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional Econômico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1993, p. 52.

³⁰ BADIE, Bertrand, *Um Monde sans Souveraineté . Les États entre ruse et responsabilité* Paris, Fayard, 1999, p. 10 *apud* ARAÚJO, Valter Shuenquener de, *Novas Dimensões do Princípio da Soberania*, dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em direito da UERJ como requisito para obtenção do título de mestre em direito público. 2003. Orientador: professor doutor Paulo Braga Galvão.

³¹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional Econômico*. Cit., pp 310-311.

³² AMORIM, Celso L. N. *Perspectivas da cooperação internacional* *apud* MARCOVITCH, Jacques, *Competição, cooperação e competitividade*. Cit. p. 52.

do dever de assistência encontram fundamento em perspectivas filosóficas diversas, podendo ser incluídas na visão sobre a justiça internacional.³³

Quanto ao, assim denominado, Direito do Desenvolvimento, essencialmente ligado à questão da soberania permanente sobre os recursos naturais, sua conexão com o princípio da cooperação é explícita, porque o próprio desenvolvimento passou a ser um objetivo declarado da cooperação.³⁴ Segundo o conceito de desenvolvimento sustentável, consagrado na Conferência do Rio sobre o Meio Ambiente em 1992, em um prisma endossado por Celso Lafer, não só a aspiração pela eficiência na produção de riqueza, mas também a noção de “sustentabilidade” ambiental, devem servir como uma força motriz da nova ordem internacional, mais justa do ponto de vista político-econômico e ético.³⁵

Jacques Marcovitch³⁶, na obra coletiva sobre cooperação internacional, propõe que através da cooperação é possível enfrentar a intensa turbulência pela qual a economia mundial tem passado, possibilitando a consecução de objetivos comuns dos parceiros. Contudo, ressalta que as alianças formadas para reconciliar o rigor econômico com a consciência ambiental e a redução do desemprego, isto sem olvidar a competitividade, não têm garantido o êxito,³⁷ mas que essas iniciativas amenizam o vulto das ameaças. Embora o passado tenha demonstrado oportunidades em que a cooperação contribuiu para aprimorar os fatores de competitividade³⁸, a constatação

³³ John Rawls, em suas obras *Uma teoria da Justiça* (1971), *O Liberalismo Político* (1993), e *O Direito dos Povos* (1999) busca traçar um paralelo entre a visão liberal e a visão cosmopolita de sociedade no que tange, entre outros aspectos, ao dever de assistência que uns povos têm para com outros. Rawls, cujo pensamento segue a linha liberal, acredita que os povos podem ser divididos em (i) os que são “bem ordenados” e, (ii) os que são “onerados”. Bem ordenados seriam aqueles considerados, por Rawls, como decentes, liberais, detentores de uma cultura moral e religiosa, bem como de tradições políticas e legais, em consonância com os princípios de igualdade e liberdade. BRAGA, Leonardo Carvalho, *A Justiça Internacional e o Dever de Assistência no Direito dos Povos de John Rawls*. dissertação de mestrado apresentada na PUC-Rio, Rio de Janeiro, maio de 2003, pp. 149.

³⁴ AMORIM, Celso Luiz Nunes. *Perspectivas da Cooperação Internacional*. Cit., p. 152.

³⁵ LAFER, Celso. *Política Externa Brasileira: Reflexão e Ação*. In: MARCOVITCH, Jacques, org. *Cooperação Internacional Estratégica e Gestão*. . Cit., pp 23-46.

³⁶ TARP, Finn, *Foreign Aid and Development – Lessons learnt and Directions for the Future*, London, Routledge, 2000, p.6.

³⁷ MARCOVITCH lembra que no final do século XX, a melhor distribuição de recursos materiais é uma realidade ainda muito distante. O Relatório sobre Desenvolvimento Humano na ONU de 1992 concluiu que 1/5 da população mundial constitui o segmento mais rico, detendo 83% do PIB mundial, 81% dos investimentos, 95% dos empréstimos comerciais, 81% da poupança interna e 81% dos investimentos. Esta realidade resulta em fluxos migratórios indesejados para os países mais desenvolvidos, além de, internamente, dar origem à corrupção, violência, comércio de recém-nascidos, narcotráfico, assim como, à endemias erradicadas e que voltam a ter novos casos registrados.

³⁸ MARCOVITCH, Jacques, *Competição, cooperação e competitividade*. In: MARCOVITCH, Jaques (Coord.). *Cooperação Internacional: estratégia e gestão*. Cit., p. 47. MARCOVITCH também acredita que novas tecnologias, especialmente aplicadas aos meios de comunicação, quando bem utilizadas, permitem grandes avanços no aprimoramento da infra-estrutura social, bem como, dos fatores de

de que a solidariedade internacional tem produzido retórica maior que resultados, tem sido uma constante³⁹. Entretanto, os estudos que têm abordado a evolução do conceito de assistência estrangeira, no contexto da doutrina do desenvolvimento, incluem a cooperação e assistência técnica como uma das vertentes do tema maior, que abrange, não somente, o alívio da pobreza, bem como a desigualdade, o emprego, a proteção ambiental, a estabilidade e outros.

O debate atual sobre a Nova Ordem Internacional vem impregnado da assim denominada globalização. Na análise econômica, uma parcela do mundo, efetivamente, somente colhe os aspectos negativos da globalização, o que estaria desvinculando alguns países dessa economia global. São vistos sob forma crítica, pelos próprios representantes da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento - *Organisation for Economic Cooperation and Development*), os atuais mecanismos de assistência que, se de um lado, propiciam bilhões de dólares em assistência ao desenvolvimento, de outro, drenam o que se dá em assistência ao desenvolvimento, em grande parte esvaziados pela incoerência nas políticas econômicas internacionais.⁴⁰

Apesar das grandes expectativas criadas pelas perspectivas da cooperação internacional, os resultados têm sido modestos, e dentre as causas dos fracos resultados os especialistas enumeram a fragilidade dos projetos, bem como a dificuldade da articulação entre o Estado, o setor acadêmico e o setor produtivo. Deste ponto decorre outra dificuldade que é a da adoção de tecnologia necessária para o desenvolvimento sustentável.⁴¹

Todavia, um grande avanço⁴² que já se pode notar é a cristalização do princípio da cooperação e sua consagração como princípio de Direito Ambiental

competitividade tornando mais acessível o conhecimento, além de mitigar as diferenças entre os países. Porém, propiciam a formação de um fosso entre parcelas da sociedade. Isto ocorre à medida que uma parcela tem acesso a essas tecnologias, e a outra, marginalizada, permanece afastada do desenvolvimento, tendo como resultado um irreconciliável conflito de valores.

³⁹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional Econômico*. Cit., p. 69.

⁴⁰ EMMERIJ, Louis *Governabilidade Nacional e Internacional: Discrepâncias* in MARTINS, Luciano e VELLOSO, João Paulo dos Reis (coords), *a Nova Ordem Mundial em Questão*, J. Olympio, Rio de Janeiro, 2^a Ed., 1994, p.69.

⁴¹ MARCOVITCH, Jacques, *Competição, cooperação e competitividade*. In: MARCOVITCH, Jaques (Coord.). *Cooperação Internacional: estratégia e gestão*. Cit., p. 47.

⁴² Merece referência o princípio da precaução, que adquiriu nova formulação a partir da ECO 92, que tem sua origem nas ansiedades geradas pelas mudanças globais e pelo risco que caracteriza a sociedade contemporânea. MOTA, Maurício, *Princípio da Precaução: Uma construção a partir da razoabilidade*, Revista Brasileira do Direito do Petróleo e Gás, RBDP, vol.2. UERJ, 2207(no prelo)

Internacional pelos principais expoentes do Direito Ambiental Internacional⁴³. Os princípios 24 da Declaração de Estocolmo de 1972 e os princípios 19 e 27 da Declaração do Rio de 1992 são diretamente relacionados a esta consagração e seu reconhecimento é notório em diversos Tratados de Direito Ambiental Internacional. Podemos citar alguns casos internacionais que relevam e reconhecem este princípio, tais como *Lac Lanoux*, *Gabcikovo-Nagymaros* e *MOX Plant*. Finalmente, a ILC (*International Law Commission*)⁴⁴ estabeleceu alguns parâmetros para que se assegure o cumprimento do princípio da cooperação, tais como: obrigação de uma notificação prévia sobre projetos que impactarão o meio ambiente de outras nações, realização de avaliação de impactos ambientais e obrigação de negociar e consultar com boa-fé.

4 NOVOS E VELHOS ATORES: O PAPEL DAS ONG'S E AS EMPRESAS TRANSNACIONAIS

Não há que se falar em atividade econômica poluidora sem lembrar o tema das empresas transnacionais, especialmente as responsáveis por grandes projetos de mineração e exploração e produção de petróleo, historicamente consideradas as grandes vilãs, em matéria de poluição ambiental. No último século estas passaram a ser cobradas pela contínua melhoria de sua performance. A análise do quadro jurídico que afeta as atividades desses agentes envolve não somente a regulação internacional, nacional, regional/estadual, mas também a assim denominada "soft law". Esta pode ser considerada um conjunto de instrumentos não vinculantes, tais como declarações de conferências e diretrizes de governos e companhias. Este conjunto pode vir a constituir um *standard* de performance cobrado das empresas.⁴⁵

Para que se vislumbre o papel da sociedade civil nessa cobrança de performance ambiental por parte das transnacionais há que se dedicar algum esforço à compreensão do papel das Organizações Não-Governamentais na articulação e representação dos interesses das comunidades locais e seu crescente papel no cenário

⁴³ SANDS, Philippe, *Principles of International Environmental Law*, Cambridge, 2nd edition, 2003, p. 249-251.

Patricia W. Birnie e Alan E. Boyle, *International Law and the Environment*, OUP, 2nd edition, 2002, p.126.

⁴⁴ ILC Draft Articles on Prevention of Transboundary Harm (2001). Ver especialmente artigos 6 a 12, disponível em http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/9_7_2001.pdf

⁴⁵ ARMSTRONG, Kitty, *The Green Challenge- Managing Environmental Issues in Natural Resources projects in Developing Countries* in Mineral Law Institute, pp. 3-5 3-7

internacional. O melhor exemplo do alcance desse poder é o episódio envolvendo a remoção da plataforma petrolífera Brent Spar no mar do norte, como resultado de uma campanha promovida por grupos ambientalistas alemães e pelo Green Peace.⁴⁶

Muito se fala das Organizações Não-Governamentais, ou simplesmente ONGs, especialmente na seara ambiental. No entanto, considerando o amplo espectro de atuação dessas entidades, suas atividades na política mundial não chamam a devida atenção com exceção de alguns grupos que sabem gerenciar seu marketing. As primeiras ONGs surgiram no cenário internacional a partir do século XIX⁴⁷.

A ONU e suas agências especializadas trabalham junto com as ONGs em diversas áreas que vão desde a economia internacional e desenvolvimento social, promoção e manutenção da paz até o estabelecimento do direito internacional e assistência humanitária⁴⁸.

Nas conferências da ONU do meio ambiente humano (Estocolmo, 1972) e a do meio ambiente e desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), as ONGs demonstraram habilidade em influir nas agendas das referidas conferências⁴⁹. Em uma fase mais recente as ONG's passaram a pressionar a Assembléia Geral da ONU, para atuação no período pós-conferências do meio ambiente.⁵⁰

⁴⁶ ARMSTRONG, Kitty, *The Green Challenge- Managing Environmental Issues in Natural Resources projects in Developing Countries*, Cit., pp.3-57 e 3-58; cf. RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá *Direito do Petróleo*, Rio, renovar, 2003, pp.46 a 51.

⁴⁷ Sakai, E. *Relacionamento Entre a ONU e as Organizações Não-Governamentais (ONGs)*, in BASSO, M., Zaitz, D. e PRADO, M. (orgs). *Direito do Comércio Internacional - Pragmática, Diversidade e Inovação*. Curitiba: Jurua, 2005. p. 127.

⁴⁸Em outras palavras, a ONU – com o suporte das ONGs – ajuda a minimizar os problemas que afligem a sociedade internacional por meio da comunicação e troca de informações e promoção da ajuda mútua às atividades entre diversos grupos de Estados e atores não estatais. E é por isso que a ONU mantém uma relação estreita com milhares de ONGs internacionais porquanto as mesmas exercem um importante papel de interação entre a sociedade civil e os governos. Dentro desse contexto, ONGs são uma fonte inesgotável de recursos a vários órgãos da ONU pois: a) providenciam análise feita por peritos e especialistas na área em questão; b) servem como agentes que alertam perigos iminentes; c) ajudam a monitorar e implementar acordos internacionais; d) contribuem para conscientizar a sociedade a respeito de temas sociais; e) defendem muitas das mesmas causas da ONU; f) voluntariam recursos e executam projetos de desenvolvimento; e g) auxiliam a disseminar informações. Há várias formas de cooperação entre a ONU e as ONGs. (Sakai, E. *Relacionamento Entre a ONU e as Organizações Não-Governamentais (ONGs)*, in BASSO, M., Zaitz, D. e PRADO, M. (orgs). *Direito do Comércio Internacional - Pragmática, Diversidade e Inovação*. Cit., p. 136.)

⁴⁹ Após estas conferências, a Assembléia Geral da ONU decidiu aprovar uma moção permitindo a participação das ONGs em outras conferências tais como as de direitos humanos (Viena, 1993), sobre população e desenvolvimento (Cairo, 1994), sobre desenvolvimento social (Copenhague, 1995), e sobre mulher (Beijing, 1995), entre outros.

⁵⁰ Finalmente, em setembro de 1997, a Assembléia Geral da ONU aprovou a recomendação de seu secretário geral Kofi Annan em nomear um comitê para estudar o acesso das ONGs no sistema da ONU. Em julho de 1998, um relatório com sete propostas foi apresentado à Assembléia Geral recomendando o aumento do acesso das organizações não- governamentais em todas as áreas da ONU. Em breves palavras, neste relatório Kofi Annan propôs fortalecer as competências do

Segundo o Comitê de ONGs do ECOSOC, em 2004 encontramos 2.418 ONGs possuidoras do privilégio de ter *status* consultivo junto ao ECOSOC, o qual comporta três diferentes *status* consultivos: geral, especial e *roster*. As ONGs que se enquadram dentro da categoria geral são aquelas que estão ligadas a quase todas as atividades do ECOSOC, seus órgãos subsidiários, e estão destarte mais envolvidas com a vida social e econômica da população. ONGs nesta categoria são poderosas e representam grandes segmentos da sociedade em diversos países⁵¹.

O poder dessas ONG's em relação às diretrizes internacionais e locais exige que as empresas transnacionais estejam sintonizadas com a pauta de reivindicações dessas entidades. A gestão do risco ambiental passou a incluir todas as formas de prevenção e mitigação do risco, alternativas de cooperação e, sobretudo, uma tendência à auto-regulação pela própria indústria.

É nesse contexto que visualizamos a evolução das discussões em torno da elaboração de um código de conduta, que de certa forma começa a plasmar-se pelas referidas cobranças da sociedade civil internacional e pelo imediatismo das transmissões pelos meios de comunicação. O debate mais amplo em torno do tema iniciou-se com a criação do Código de Conduta da ONU⁵². Há registro, entretanto, de

secretariado para que o mesmo pudesse atender às necessidades das ONGs e permitir o acesso rápido das mesmas às informações documentadas. Indicando a necessidade de uma maior participação das mesmas na Assembléia Geral de liberou no sentido de obtenção de novas consultas e geração de novos relatórios, em dezembro de 1998, a Assembléia Geral ao considerar o relatório do secretário geral, deliberou o seguinte: a) que o secretário geral procure opiniões a respeito de suas propostas junto aos Estados-Membros, membros de agências especializadas, observadores de outras organizações intergovernamentais assim como de ONGs de todas as regiões do mundo, e b) que o secretário geral submeta portanto, um outro relatório – a partir destas opiniões – à Assembléia Geral. Sakai, E. *Relacionamento Entre a ONU e as Organizações Não-Governamentais (ONGs)*, in BASSO, M., Zaitz, D. e PRADO, M. (orgs). *Direito do Comércio Internacional - Pragmática, Diversidade e Inovação*. Cit., p. 138.

⁵¹ Dentro das atividades do ECOSOC, elas podem enviar representantes, atender reuniões, têm o poder de manifestar-se oralmente em suas reuniões, circular declarações, submeter relatórios quadrienais a respeito de suas atividades no mundo e o direito de incluir itens nas agendas de suas reuniões. Exemplos de ONGs nesta categoria: “CARE International” (admitida em 1991), “Greenpeace International” (admitida em 1998) e Rotary International (admitida em 1993). Em 2004 encontramos 131 ONGs nesta categoria. As ONGs incluídas na categoria especial são aquelas que têm uma competência especial e limitada a algumas das atividades do ECOSOC Sakai, E. *Relacionamento Entre a ONU e as Organizações Não-Governamentais (ONGs)*, in BASSO, M., Zaitz, D. e PRADO, M. (orgs). *Direito do Comércio Internacional - Pragmática, Diversidade e Inovação*. . Cit. p. 137.)

⁵² Define-se como a tentativa de determinação de padrões de conduta que ajudam Estados e organizações internacionais a escolher seus parceiros dentre os que obedecem a suas normas (ALMEIDA, Betyna Ribeiro, *A Regulação não estatal das Corporações Transnacionais nos Planos Interno e internacional*. Dissertação (mestrado em Direito Internacional e Integração Econômica) – Faculdade de Direito, Uerj, Rio de Janeiro, 2003., p. 39). A natureza jurídica do “código de conduta” seria a de *soft law*, composta somente de recomendações⁵². Mas o problema, na concepção de Michel Virally não é somente teórico, quanto à sua natureza jurídica, mas também prático, que é a sua eficácia (VIRALLY, Michel, *Les Cods de Conduite, Pour Quoi faire?* In TOUSCOZ, Jean, *Transferts de*

iniciativas que espelhavam o anseio das empresas por regras mais estáveis, refletido nos trabalhos pioneiros de organizações internacionais, como a Câmara Internacional de Comércio e outras⁵³. A criação de uma Comissão sobre as empresas transnacionais foi decidida em 1972, através de decisão do Conselho Econômico e Social da ONU, constituindo um primeiro passo no sentido apontado⁵⁴.

Dentre os pontos de convergência avultava o direito dos Estados de controlarem a entrada e o estabelecimento de transnacionais em seus territórios, inclusive sobre a proibição ou limitação de sua presença em determinados setores da economia⁵⁵.

Outro exemplo importante é o das “Recomendações da OCDE para Empresas Multinacionais” (“Recomendações”), que foram aprovadas pelos governos dos países-membros e adotadas como anexo da “Declaração da OCDE sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais” (“Declaração”).^{56 57}

As recomendações constituem o mais amplo instrumento equivalente a um código geral de conduta para as transnacionais⁵⁸. Sua abrangência é considerável, envolvendo todos os aspectos relevantes das operações de uma empresa transnacional: divulgação de informações, competição, financiamento, tributação, relações de trabalho, proteção ambiental e tecnologia⁵⁹. Houve revisões com inclusão de temas controvertidos⁶⁰ como as disposições relativas à eliminação do trabalho

technologie, Sociétés Transnationales et Nouvel Ordre International, 1978, pp.210 e segs, *apud* MELLO, Celso, *Direito Internacional Econômico*, Cit., p.117.).

⁵³ COSTA, Carlos Jorge Sampaio, *O Código de Conduta das Empresas Transnacionais*, Rio de Janeiro, Forense, 1984, p. 63.

⁵⁴ *Idem.*, p. 64

⁵⁵ ALMEIDA, Betyna Ribeiro, *A Regulação não estatal das Corporações Transnacionais*, Cit., p. 47.

⁵⁶ Dessa Declaração constam quatro instrumentos: as Recomendações Gerais; o Instrumento de Tratamento Nacional, que estabelece o compromisso dos governos de tratar as empresas controladas por estrangeiros instaladas em seu território de maneira não menos favorável que as empresas domésticas na mesma situação; um instrumento sobre Requerimentos Conflitantes, para que os países minimizem as diferenças entre os requerimentos estabelecidos pelos diferentes países para as transnacionais; e um instrumento sobre Incentivos e Desincentivos ao Investimento Internacional, para promover a cooperação entre países sobre as medidas tomadas em relação ao investimento internacional direto. Pretende-se que as Recomendações se estendam para Estados que não fazem parte da OCDE (ALMEIDA, Betyna Ribeiro, *A Regulação não estatal das Corporações Transnacionais*, Cit., p. 56). Para uma discussão mais ampla do tema ver RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá, *As Empresas Transnacionais e os Novos Paradigmas do Comércio Internacional* in Alves Pereira, Antonio Celso, livro em homenagem ao prof. Celso Mello, no prelo.

⁵⁷ ALMEIDA, Betyna Ribeiro, *A Regulação não estatal das Corporações Transnacionais*, Cit., p. 57.

⁵⁸ HUNER, Jan. The multilateral agreement on investment and the review of the OCDE guidelines for multinational enterprises, in KAMMINGA, Menno T. e ZIA-ZARIFI, Saman., *Liability of Multinational Corporations under International Law*, Haia, Kluwer Law International, 2000, p. 200.

⁵⁹ ALMEIDA, Betyna Ribeiro, *A Regulação não estatal das Corporações Transnacionais*, Cit., p. 60.

⁶⁰ *Idem.*, p. 60.

infantil e do trabalho forçado; a recomendação de que as empresas melhorem sua performance ambiental através da implantação de gerenciamento ambiental interno, divulgação de informação ambiental e melhores planos de contingência para impactos ambientais; e a introdução de recomendações relativas aos direitos humanos, ao combate à corrupção e aos direitos do consumidor⁶¹.

Novas tendências também têm sido detectadas quanto à adoção pelas empresas de ética nas organizações. As pesquisas recentes apontam que de 15% a 20% das empresas norte-americanas e de 30% das empresas britânicas adotam códigos de ética e contratam dirigentes encarregados de gerir o processo. Também o processo de conscientização em relação às conseqüências da conduta antiética sobre os empregados, os acionistas e os clientes se tornou mais presente, sobretudo nas empresas européias⁶². Fala-se, de forma mais ampla, em responsabilidade sócio-ambiental.

Merece menção também a Governança Corporativa, hoje muito difundida entre as transnacionais, consistente em uma série de princípios e regras utilizados na gestão da companhia.⁶³ Busca-se, por meio dela, uma ponderação de interesses de forma a atender o acionista majoritário e o minoritário.⁶⁴ Para Diogo de Figueiredo, o fenômeno da governança decorre da lógica da eficiência, sendo verificável não apenas no âmbito das corporações, mas também em outros setores sociais.⁶⁵

⁶¹ Idem., p. 64.

⁶² NAISBITT, John *Paradoxo Global* Rio, Editora Campus, 1994, pp. 190 a 191

⁶³ Aline de Menezes Santos elucida Governança Corporativa como sendo “um conjunto de instrumentos públicos e privados, incluindo leis, regulamentos e práticas comerciais que organizam e comandam a relação, numa economia de mercado, entre os controladores e administradores de uma empresa, de um lado, e aqueles que nela investem recursos, de outro” (⁶³ Santos, Aline de Menezes. *Reflexões sobre a Governança Corporativa no Brasil*. In: Revista de Direito Mercantil nº 130, pp. 180/206. *Apud*: Rosman, Luiz Alberto Colonna. *Governança Corporativa*. In: Revista de Direito Renovar-nº 31/2005. Rio de Janeiro: Renovar. P.131)

⁶⁴ Luiz Alberto Colonna Rosman indica que o Movimento de Governança Corporativa teve início nos EUA, como um meio de separação entre interesses preponderantes dos executivos e donos e acionistas da sociedade (Idem, p.131/132.)

⁶⁵ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Governo e Governança em Tempos de Mundialização: Reflexões à Luz dos Novos Paradigmas do Direito* in Revista de Direito Administrativo, vol. 243, set./dez. 2006, São Paulo, Atlas, p. 45. De acordo com este autor, “parece haver consenso entre os autores contemporâneos que tratam do fenômeno da globalização que com ela se impôs a lógica da eficiência. Trata-se de uma cadeia causal, em que as sociedades, cada vez mais informadas, tornam-se cada vez mais exigentes e, por isso, cada vez mais demandantes de soluções eficientes para seus problemas. Com efeito, nas sociedades mais politizadas torna-se irrelevante quem seja o executor das políticas públicas – se o próprio Estado, se os entes de sua criação, se os entes privados, ou mesmo se serão nacionais ou estrangeiros: o importante para seus usuários é que o conceito de política pública (que é estatal) tenha viabilidade e a sua execução (estatal ou não) seja eficiente. (...) Assim é que o conceito antigo de ação pública – tradicionalmente burocrático, monolítico, centralizado e conduzido pela ‘fê’ na imperatividade à *outrance* – tende a ceder com o despontar de uma nova concepção de ação pública – criativa, flexível, descentralizada e negociada, orientada pela consensualidade. Com el,

Note-se que, no plano corporativo, esse movimento só se tornou viável por pressão dos minoritários acerca de seus direitos e principalmente pela participação de grupos de investimentos e pensão nas ações. Essa nova forma de gerir a sociedade maximiza o valor da companhia⁶⁶, aumentando a confiabilidade da companhia e o conseqüente incremento do número de investidores. Seus princípios basilares são o senso de justiça e equidade (*fairness*), transparência (*disclosure*), prestação de contas (*accountability*) e obediência às leis (*compliance*).⁶⁷

Trata-se agora de uma visão da responsabilidade corporativa como prática consentânea com uma empresa cidadã, que se preocupa não somente com os acionistas, (*stockholders*), mas com todos aqueles da comunidade envolvidos em seu raio de ação (*stakeholders*). O debate ainda comporta a visão de um capitalismo mais ético.⁶⁸

5 IMPORTÂNCIA DO DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

A importância da cooperação e das novas agências internacionais, as lições da história da contratação petrolífera, o respeito ao meio ambiente, a conscientização por parte dos investidores internacionais da importância do diálogo com as comunidades locais dos países hospedeiros, os novos marcos éticos introduzidos pela legislação internacional e as práticas anti-corrupção e de governança são itens obrigatórios da pauta de discussões sobre a área ambiental na indústria do petróleo. Dentre eles o reconhecimento da importância da cooperação internacional no combate ao subdesenvolvimento, acompanhada, entretanto, da percepção de que se

o diálogo político e o diálogo administrativo se expandem e se processualizam para ganhar segurança, precisão e visibilidade, o que transforma, aos poucos, a decisão imposta em decisão composta ou, como hoje já se convencionou identificar: o governo – a única solução imperativa, como método exclusivo de decisão política nas sociedades fechadas, cada vez mais se torna governança – a alternativa de solução dialogada e negociada, como método optativo de decisão política nas sociedades abertas” (idem, pp. 45-46).

⁶⁶ Para Natália Mizrahi Lamas a governança corporativa é o veículo utilizado na tentativa de tornar mais simétricas as posições dos acionistas, sem olvidar os aludidos interesses externos à companhia. Este “conceito de gestão” diferenciado pretende equilibrar tais interesses e, a partir deste resultado, ser uma mola propulsora ao mercado de capitais (LAMAS, Natália Mizrahi. *A Cláusula Compromissória Estatutária como Regra De Governança Corporativa: Uma Análise de seu Alcance Subjetivo*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito; Agência Nacional do Petróleo, 2004. 94 f. Monografia (Bacharel em Direito). Orientadora professora Doutora Carmen Tiburcio e professores avaliadores Dr. Marilda Rosado de Sá Ribeiro e Pedro Batista Martins. p.24).

⁶⁷ LAMAS, Natália Mizrahi. Ob. Cit., p.24.

⁶⁸ Leaders: The Good Company; Capitalism and Ethics (TheEconomist, 22nd January, 2005); Leaders: Bad Arguments against the Good Company? (EC Newsweek, 31 Jan. 2005)

trata de uma obrigação difícil de ser exigida no plano jurídico internacional, “onde ainda predomina a idéia de soberania e o egoísmo dos Estados”⁶⁹. O dever de cooperação está consagrado na Carta da ONU ⁷⁰, encontrando-se, da mesma forma, esculpido na carta da OEA⁷¹, que exerce importante papel no sentido da obtenção da cooperação internacional no nível das Américas, ao propor abordagem conjunta para “participar e solucionar os grandes problema internacionais”.⁷²

A conscientização sobre sua importância na era globalizada tem consequências irreversíveis nas operações petrolíferas, pelo imperativo do estrito cumprimento das legislações locais.⁷³ Apesar dos constantes esforços feitos por diversas organizações, há sempre presente a idéia de que as atividades de exploração e produção ainda não estão suficientemente regulamentadas em escala mundial.⁷⁴

Thomas W. Wälde realça o papel dessa regulação internacional⁷⁵, como

⁶⁹ MELLO, Celso D. De Albuquerque *Direito Internacional Econômico* Cit, 1993

⁷⁰ Art 1, 3: “Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.”

⁷¹ Cap II, i, “A cooperação econômica é essencial para o bem estar e para a prosperidade comuns dos povos do continente”.

⁷² CAVALCANTI, Themistocles Brandão, *A cooperação internacional*. In, CAVALCANTI, Themistocles Brandão (dir.). *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1958, p 7

⁷³ Nos países desenvolvidos, a proteção do meio ambiente se tornou, em regra, a principal questão na expansão do petróleo e do gás (WÆLDE, Thomas *The role of selected international agencies in the formation of international energy law*, IUCN Environmental Policy and Law Paper n° 47 – Energy Law and Sustainable Development, Edited by Adrian J. Bradbrook and Richard L. Ottinger, em 2003., p. 53). Na América Latina, igualmente, já surgem novas vozes exigindo maior proteção ao meio ambiente e maiores punições aos infratores. Um reflexo dessa tendência é o aumento da utilização de gás natural em diversos países. Com isso, muitos projetos petrolíferos estão ficando atrasados ou mesmo sendo abandonados devido a desafios ambientais. Trata-se de um novo risco a ser considerado pelo investidor. Sobre o tema, vide MARTIN, G. Jay. *International Petroleum Investment Opportunities in Latin América: Creating a Proper Balance Between Risks and Rewards*. Cit., pp 5.14 -5.15, 5.19.

⁷⁴ Segundo Kitty Armstrong, especialista em Meio Ambiente da Chevron Texaco: “Guidelines addressing environmental aspects of oil and gas E&P activities are being developed by many organizations. However, in some quarter of the international community there continues to be a major concern that those activities are inadequately and inconsistently regulated on a worldwide basis. This has taken the form of efforts by some countries and environmental NGOs to push for development of global environmental regulatory standards for the offshore E&P industry and identification of an international organization that could implement such standards.”

ARMSTRONG, Kit. *The Green Challenge - Managing Environmental Issues in Natural Resources Projects in Development Countries*. In: ANNUAL ROCKY MOUNTAIN MINERAL LAW INSTITUTE, 42, 1996. *Proceedings*. Denver, Colorado: RMMLF, 1996, Chapter 3, pp 3.1-3.58.

⁷⁵ WÆLDE, Thomas *The role of selected international agencies in the formation of international energy law*, IUCN Environmental Policy and Law Paper n° 47 – Energy Law and Sustainable Development, Edited by Adrian J. Bradbrook and Richard L. Ottinger, em 2003. One could qualify the role of international agencies in this sense as “collaborative international regulation;” it is rare that governments yield all or even a substantial portion of their regulatory jurisdiction to international agencies, except where inevitable, and even then with safeguards. The much more homogeneous and integrated European Union’s relation with its member states – and the well-known British reluctance to yield sovereignty – is a good example.”

resposta ao campo global de atuação dos atores relevantes - empresas multinacionais, bancos, ONGs, grupos criminosos – problemas de natureza global – *procurando manter o sistema da economia global em pleno funcionamento e com as devidas salvaguardas sociais*.

A história da contratação petrolífera, cujo exame transcenderia o escopo destas notas, nos trouxe grandes lições, na busca da convergência de interesses, já que nos contratos de primeira geração o forte poder de barganha dos investidores moldaram as características dos contratos de concessão iniciais. O longo processo, intermediado pelas grandes arbitragens internacionais, permitiu que se chegasse aos modelos híbridos que hoje conhecemos.⁷⁶

Bem a propósito, o *Extractive Industry Review*, Relatório do Banco Mundial para o período 2000-2004, ressalta que a área de mineração em geral requer muitos investimentos privados, mas também regulação por parte do Estado e uma responsabilidade especial da indústria de torná-la viável, nas condições admissíveis na época contemporânea: do ponto de vista social, ambiental e político.⁷⁷

A responsabilidade envolvendo danos ao meio ambiente, e a possibilidade de vultosas indenizações anteriormente aludida tem interessante consequência analisada por Hans Baade. Em seu artigo, o autor alemão radicado nos EEUU focaliza o caso do desastre de Piper Alpha, e as demandas judiciais geradas pelo evento. Em uma ação por ele analisada, o demandante da Escócia procuraria acionar o fabricante, o fornecedor ou a companhia de serviços sediada no Texas. No caso, a empresa afiliada da Occidental Petroleum, que operava a plataforma no Mar do Norte britânico, a Occidental U.S., é que foi acionada. Segundo consta, foi oferecida às famílias das vítimas do acidente uma base de acordo de indenização que configurou um acordo “meio-atlântico” (“*mid atlantic*”), nem baseado na lei norte-americana nem na escocesa.⁷⁸

Esse impacto econômico é tanto maior quanto mais sofisticadas são as exigências locais de segurança das instalações e os procedimentos, bem como as regras de imputação de responsabilidade por agressões ao meio ambiente e ressarcimento de danos a terceiros, ou despesas decorrentes da própria limpeza,

⁷⁶ .RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá *Direito do Petróleo: As Joint Ventures na Indústria do Petróleo Cit.*, pp. 161 e segs.

⁷⁷ WAELDE, Thomas, Introdução ao Mineral Policy Compendium. Cit.

⁷⁸ BAADE, Hans. *Foreign Oil Disaster Litigation Prospects in the United States and the MidAtlantic Settlement Formula*, . Cit., p. 140.

quando ocorre um vazamento no transporte, por exemplo. Os seminários mais recentes registram vários trabalhos sobre o tema do abandono das instalações no mar, preocupação que já alcançou o fórum internacional

É um sinal de que na doutrina há um interesse crescente pelo tema, especialmente voltado para a área do petróleo, enquanto a contrapartida é a consciência, pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, da necessidade de disposições específicas aplicáveis aos agentes da indústria petrolífera.⁷⁹

5.1 Descomissionamento de Instalações

Nos últimos anos, o descomissionamento⁸⁰ e desinstalação de empreendimentos vem progressivamente ganhando importância⁸¹, mais notadamente quando nos referimos à Indústria do Petróleo & Gás. A variável ambiental deve ser considerada na fase de abandono, desinstalação ou descomissionamento de qualquer empreendimento, atingindo-se, destarte, a manifestação plena do já debatido princípio do desenvolvimento sustentável e de diversos outros princípios que informam o Direito Ambiental, principalmente os

⁷⁹ Alguns casos famosos do final do século ilustram essa tendência, como o caso da Plataforma Petrolífera Brent Spar. Em junho de 1995, pudemos acompanhar, pela imprensa, a campanha contra o afundamento e abandono, pela Shell e Exxon, da plataforma petrolífera Brent Spar, já sem uso, nas águas do Mar do Norte. A pressão dos ambientalistas, inclusive do movimento *Greenpeace*, foi tamanha, que chegou a receber apoio de outros governos que não o britânico, e a empresa teve de alterar seus planos de ação.

Caso Exxon Valdez – O acidente provocado pelo navio Exxon Valdez em março de 1989 resultou para a Exxon Shipping Company não somente em ações de responsabilidade por danos ao meio ambiente como também em danos à imagem da própria *holding* Exxon Corporation, que procurou sanar esse problema por meio de ampla operação de limpeza no Alasca. Os valores envolvidos montam a cerca de 1,25 bilhão de dólares somente com o acordo feito entre a Exxon, o governo americano e o governo do Alasca. Outras demandas de terceiros contra a companhia são reportadas como alcançando a cifra de bilhões de dólares. A Exxon, de sua parte, também tentou ressarcir-se por seus gastos, primeiramente acionando o fabricante do sistema de pilotagem, alegando mau funcionamento que teria causado o problema. A Exxon acionou também os seguradores, em demanda que se arrastou por todos esses anos. Um *pool* de mais de 100 seguradores liderados pelo Loyds concordou em pagar US\$ 300 milhões, que foram reconhecidos pela Exxon apenas como acordo parcial em relação às pendências.

⁸⁰ FERREIRA, Doneivan F. e SUSLICK, Saul B. *Decomissioning of Offshore Oil and Gas Installations: Economic and Fiscal Issues*, Campinas, Editora Komedi, 2005. De acordo com o Glossário desta obra, *Decommissioning* é “*The process of removing an engineering product permanently from operation. Decommissioning could include shutdown/deactivation, isolation and removal. It can be partial or complete.*” O termo “descomissionamento” em português é um termo que não consta nos dicionários de língua portuguesa na acepção com a qual é utilizada neste trabalho. Todavia, verifica-se que o uso do termo descomissionamento, significando encerramento ou término de atividades, está bastante difundido, sendo referido, inclusive, em diversos textos legais, tais como Lei N.º 9.765/98, Lei N.º 10.308/02 e Decreto N.º 2.648/98.

⁸¹ Bezerra, Luiz Gustavo Escorcio. *O Descomissionamento de Atividades e a Licença de Desinstalação – Primeiras Reflexões*, 2006, Tese de Pós-Graduação em Direito Ambiental Brasileiro pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

princípios da prevenção e da precaução.⁸²

No plano do Direito Internacional, as primeiras preocupações com a remoção de instalações *offshore* aparecem na Convenção de Genebra sobre Plataforma Continental de 1958, especificamente seu artigo 5 (5), na Convenção para Prevenção de Poluição Marinha por Lançamento de Resíduos e Outras Matérias de 1972, mais conhecida como Convenção de Londres, e na Convenção das Nações Unidas sobre Direito Marítimo de 1982 (UNCLOS), artigo 60 (3). Desde então, esta matéria se desenvolveu bastante através de diversas outras Convenções Internacionais, regras e recomendações da Organização Marítima Internacional (*International Maritime Organization* - IMO), destacando-se a *IMO Guidelines and Standards on Removal of Platforms*, e outras regras setoriais.⁸³

Na indústria internacional de petróleo & gás, no que se refere às legislações domésticas, já se verificava nos primeiros anos da década de 80, a obrigação, seja contratual ou legal, de remover instalações e de recuperar a área com cuidados básicos com o meio ambiente no qual a atividade econômica foi exercida, arcando-se, ainda, com os custos geralmente altos. A Noruega promulgou sua

⁸² O Professor Paulo Affonso Leme Machado (MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*, 10^a ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2002, p.62) os diferencia com precisão: “(...) em caso de certeza do dano ambiental, este deve ser prevenido, como preconiza o princípio da prevenção. Em caso de dúvida ou de incerteza, também se deve agir prevenindo. Essa é a grande inovação do princípio da precaução. A dúvida científica, expressa com argumentos razoáveis, não dispensa a prevenção.” Em relação ao princípio da precaução, veja trechos da clássica obra de Cristiane DERANI, *Direito Ambiental Econômico*. São Paulo: Max Limonad, 1997: O Princípio da Precaução “corresponde à essência do direito ambiental” (p.165). Esse princípio determina uma postura de precaução frente às atividades que importem em perigo ao meio ambiente ou que seja garantida uma margem suficiente de segurança do risco de dano. Assim é que uma política ambiental eficiente não se resume à defesa contra perigos iminentes e reparação dos danos já ocorridos; necessária é também uma política que atue preventivamente no sentido de que as bases naturais sejam protegidas e utilizadas com cautela. É através da busca do afastamento do perigo nas dimensões espacial e temporal, da proteção contra o risco, da análise do potencial lesivo decorrente de um conjunto de atividades bem como da exigência da utilização das tecnologias mais avançadas que se atinge o espírito desse princípio. “Precaução é cuidado (*in dubio pro securitate*)” (...) e está ligada “aos conceitos de afastamento de perigo e segurança das gerações futuras, como também de sustentabilidade ambiental das atividades humanas”. “(...) A partir desta premissa, deve-se também considerar não só o risco iminente de uma determinada atividade como também os riscos futuros decorrentes de empreendimentos humanos os quais nossa compreensão e o atual estágio de desenvolvimento da ciência jamais conseguem captar em toda densidade” (p.167). Na análise dos pressupostos desse princípio deve-se levar em conta não simplesmente a potencialidade do dano, mas também a “própria razão da atividade em pauta: a necessidade, o objetivo do que se pretende empreender. Em resumo, o critério geral para a realização de determinada atividade seria a sua ‘necessidade’ sob o ponto de vista de melhora e não prejudicialidade da qualidade de vida. Este critério deve operar, especialmente, nos três estágios em que a atividade humana é potencialmente danosa ao meio ambiente: apropriação de recursos naturais, trânsito de produtos, emissões industriais” (p.168).

⁸³ FERREIRA, Doneivan F. e SUSLICK, Saul B. *Decommissioning of Offshore Oil and Gas Installations: Economic and Fiscal Issues*, Campinas, Cit. pp. 35-37
CAMERON, Peter. *Decommissioning of Oil and Gas Installations: A Comparative Approach to the Legal & Contractual Issues*, Texas, Barrows Company Inc., pp 8-13

legislação específica obrigando cuidados especiais no abandono de instalações *offshore* em 1985, sendo que a Grã-Bretanha o fez dois anos mais tarde. Os países do Mar Norte, juntando-se a estes dois acima referidos a Holanda, são os que têm a legislação mais desenvolvida.⁸⁴

O tema, antes adstrito apenas a algumas atividades econômicas específicas, como a Indústria do Petróleo, além da mineração e das atividades nucleares, tem sido discutido academicamente e, de forma incipiente, no meio empresarial, sendo que já se percebe que o debate tem sido estendido para a desinstalação e o descomissionamento de qualquer atividade potencialmente causadora de degradação ambiental.

Como vimos, internacionalmente, este tema já recebe considerável atenção há algumas décadas e, no Brasil, já percebemos, há alguns anos, produção acadêmica técnica sobre o assunto. Já se pode identificar, inclusive, normativa específica da Agência Nacional do Petróleo⁸⁵ e códigos ambientais estaduais⁸⁶ que demonstram a preocupação com os impactos ambientais na fase de desinstalação de determinadas atividades.

5.2.Case Texaco Equador

A Texaco adquiriu em 1964 o direito de exploração e produção de petróleo em terras Amazônicas. A exploração da produção teve início em 1972 se estendendo até 1992. O direito de exploração fora exercido por meio de um consórcio entre a Petroecuador e a TexPet, a primeira uma empresa do governo equatoriano e sócia majoritária do consórcio e a TexPet uma subsidiária da Texaco.

⁸⁴ CAMERON, Peter. *Decomissioning of Oil and Gas Installations: A Comparative Approach to the Legal & Contractual Issues*, Cit., pp 10-13

⁸⁵ Portaria N.º 25/2002 que regulamenta os procedimentos a serem adotados para o abandono de poços de petróleo e / ou gás, de forma a assegurar o perfeito isolamento dos reservatórios, evitando migração de fluidos para o solo, aquíferos e o fundo do mar; e, Portaria 114/2001 que define procedimentos a serem adotados para devolução de áreas de concessão na fase de exploração, incluindo orientações para recuperação ambiental das áreas, desativação de instalações e reversão e alienação de bens, exigindo a apresentação de um relatório de devolução acompanhado de Laudo de Auditoria Ambiental emitido por auditor independente.

⁸⁶ O Código Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 11.520/2000) já traz em seu artigo 55 a regra de que para “a desativação de estabelecimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras (...) dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente (...)”, sem, contudo, criar a figura da Licença de Desinstalação (LD). A licença de desativação é prevista no Projeto de Lei encaminhado em agosto de 2005 a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro para um Código Ambiental (artigo 40, V) e “*autoriza a desativação de empreendimento ou atividade, com base nos estudos e relatórios sobre as medidas compensatórias, reparadoras, mitigadoras, de descontaminação e de preservação ambiental*”.

A população do Equador sentindo-se prejudicada pelos danos causados pela exploração e produção de petróleo, propõe uma ação na Corte de Nova York. Essa representação na Corte Americana fora motivada pela possibilidade de se processar a matriz da Texaco. E assim, Setenta e cinco moradores da região de Oriente, no Equador, propõe uma “ação popular” em 3 de novembro de 1993, denominada *Aguinda V. Texaco Inc.*, em favor de 30.000 habitantes da região. Em 28 de dezembro de 1994 um grupo de 27 peruanos interpõe uma ação de igual teor, diferenciando-se pelos autores que moram no Peru e estão representando uma população um pouco menor.

De acordo com o alegado pelos demandantes, tanto a exploração como o transporte do óleo não atendiam às práticas comuns da indústria, causando poluição do solo, lençol freático, das plantações, nascente e também doenças nos moradores e animais. E, ainda, um vazamento, ocasionado por uma ruptura do duto, fez vazar uma quantidade enorme de óleo, que superou a do Exxon Valdez em oito milhões de litros.

Os principais danos sofridos pela população foram o vazamento no sistema hídrico da região de 20 bilhões de galões de água contaminada, pela queima ao ar livre de 235 bilhões de pés cúbicos de gás, e pelo despejo cerca de 17 bilhões de galões de petróleo cru, que deixou, a céu aberto, 600 piscinas de dejetos de petróleo e centenas de áreas contaminadas por vazamentos nas tubulações, poços e estações. A população da região viu-se também exposta à presença de vários produtos cancerígenos.

Nenhuma das duas proposições alegou que houve danos para as pessoas, propriedades ou comércio nos EUA. Ao contrário, os autores sofreram danos pessoais e patrimoniais no Equador e no Peru, decorrentes da exploração da atividade petrolífera em terras do governo equatoriano por meio de um consórcio que o próprio governo regulava. O consórcio era formado pela Companhia Nacional De Petróleo (PETROEQUADOR), como majoritário, e Texaco Petroleum Company (TEXPET). O governo equatoriano se recusou a abdicar da imunidade de jurisdição e a TexPet afirmou não ter tido nenhuma participação nas operações. Apesar disso, a Texaco foi ré nos dois processos. Os proponentes da ação do Equador afirmam ser a Texaco a verdadeira operadora do consórcio.

A apresentação da demanda na Corte de Nova Iorque, sem entrarmos nos aspectos de processo civil internacional pertinentes, demonstra o grande poder das

ONG's na articulação e representação dos interesses de comunidades locais, exigindo das empresas transnacionais o planejamento preventivo em relação a essas demandas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado nestas breves notas o interesse pelo Direito Internacional do Meio Ambiente constituiu um reflexo e também tornou-se um fator de retro-alimentação nas rupturas de paradigmas ocorridas no século XX. Essas mudanças atingiram não somente a órbita do conhecimento especializado mas também propiciaram um processo de conscientização que se reflete nas condutas e na percepção do homem e dos agentes econômicos em relação ao seu meio, viabilizando novas formas de implementação da cooperação internacional.

O engajamento das empresas de petróleo na defesa do meio ambiente resultou em programas de pesquisa conjunta, integrando universidades, empresas e governos, e exigiu o melhor conhecimento dos possíveis impactos ambientais gerados por cada uma das etapas das atividades da indústria.⁸⁷

O respeito ao meio ambiente coloca-se na fronteira do desafio tecnológico às operações em águas profundas, mas também, no aspecto finalista, em termos da sobrevivência da humanidade, que exige uma atuação concertada dos Estados e dos agentes privados.⁸⁸

Na esteira da terminologia de Thomas Kuhn quanto à ruptura de paradigmas,⁸⁹ coloca-se para a humanidade um renovado desafio, que repercute na prevenção de danos ambientais e na ação convergente de diferentes atores, evitando a

⁸⁷ CARVALHO, Paulo Roberto de Santos. *O Impacto da Legislação Ambiental na Indústria do Petróleo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 27 et seq. (cópia cedida pelo autor).

⁸⁸ Um exemplo de respeito ao meio ambiente humano pode ser dado pelo *Shell's Camisea Project*. O projeto, desenvolvido na Amazônia peruana, se encontrava nas terras de uma tribo indígena isolada. Para poder explorar as reservas petrolíferas locais sem destruir a floresta e preservar o isolamento das populações indígenas do local, a Shell preparou a região para ser explorada, como se tratasse de uma reserva localizada *offshore*. Desta forma não foram construídas estradas e todos os trabalhadores foram levados ao local de helicóptero, além disso a caça e a pesca foram proibidas. Para iniciar o projeto foi necessária uma permissão dada pela população indígena. Além disso a Shell convidou 35 organizações não-governamentais para monitorar o projeto, tanto do ponto de vista social quanto ambiental. Todos esses cuidados, no entanto, não evitaram as críticas ao projeto. Sobre o Shell Camisea Project, vide SMITH, Ernest E.; CONINE, Gary B. *Environmental Protection and Related Issues*, Cit., pp 675-676. Sobre os programas da Petroperu Ver GUILLEN, Hilda. *Seminário Sobre Meio Ambiente*, Buenos Aires, 2002. [Palestras Apresentadas] Rio de Janeiro: Uerj; Austin, Texas: AIPN, 2002.

⁸⁹ KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

postura predatória, que os impulsos de cooperação e solidariedade buscam mitigar

Nesse sentido, podemos tirar algumas lições das reflexões de Jürgen Habermas, um dos filósofos da denominada Escola de Frankfurt, sobre a Guerra do Golfo,⁹⁰ que deixa clara a importância da questão petrolífera em todos os níveis: dentre as dimensões por ele analisadas, merece destaque a dimensão da “Política de Poder”, que revela o temor das nações industrializadas em relação ao controle do abastecimento do petróleo bruto, fonte de energia vital.⁹¹ Mas como desdobramento, o texto reflete sobre a questão da guerra, da coexistência pacífica de formas de vida culturalmente distintas e do próprio entrelaçamento das questões dos direitos dos povos com a racionalidade ocidental.⁹²

Finalmente, como se viu, a variável ambiental esta cada vez mais presente nas atividades da indústria do petróleo que, por se tratar de uma atividade econômica que carrega consigo um considerável risco de impactos ao meio ambiente, cultivou uma arraigada cultura de conciliar desenvolvimento e exercício de atividade econômica com conservação e preservação do meio ambiente, em consonância com o princípio do desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Betyna Ribeiro, *A Regulação não estatal das Corporações Transnacionais nos Planos Interno e internacional*. Dissertação (mestrado em Direito Internacional e Integração Econômica) – Faculdade de Direito, Uerj, Rio de Janeiro, 2003.

ANNUAL ROCKY MOUNTAIN MINERAL LAW INSTITUTE, 42, 1996. *Proceedings*. Denver, Colorado: RMMLF, 1996.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de, *Novas Dimensões do Princípio da Soberania*, dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em direito da UERJ como requisito para obtenção do título de mestre em direito público. 2003. Orientador: professor doutor Paulo Braga Galvão.

ARMSTRONG, Kitty, *The Green Challenge- Managing Environmental Issues in:*

⁹⁰ Invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1989 com a subsequente deflagração da operação “Tempestade do Deserto” pelas forças militares dos Estados Unidos, Inglaterra e outras nações. Um ano após, houve a revolução do Iraque.

⁹¹ Oportunamente esclarece Bernard Taverne que tal temor se justifica quando constatamos que: “self-sufficiency in oil and/or natural gas is still the exception among the western countries. (...) with exception of the UK and Norway, all western countries are net-importers of oil”. E acrescenta: “For any country and its government securing possession of and/or access to exploitable petroleum reserves is of primary importance.” (TAVERNE, Bernard. *Petroleum, Industry and Governments: an Introduction to Petroleum Regulation, Economics and Government Policies*, . Cit., pp 88-93).

⁹² HABERMAS, Jürgen. *Passado como Futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, pp 23-31.

Natural Resources projects in Developing Countries in *Mineral Law Institute*, pp. 3-5 3-7.

BASSO, M., Zaitz, D. e PRADO, M. (orgs). *Direito do Comércio Internacional - Pragmática, Diversidade e Inovação*. Curitiba: Jurua, 2005.

BIRNIE, Patricia W. e BOYLE, Alan E., *International Law and the Environment*, OUP, 2nd edition, 2002.

BEZERRA, Luiz Gustavo Escorcio. O Descomissionamento de Atividades e a Licença de Desinstalação – Primeiras Reflexões, Rio de Janeiro, Tese de Pós-Graduação em Direito Ambiental Brasileiro pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAGA, Leonardo Carvalho, *A Justiça Internacional e o Dever de Assistência no Direito dos Povos de John Rawls*. dissertação de mestrado apresentada na PUC-Rio, Rio de Janeiro, maio de 2003.

CAMERON, Peter. Decomissioning of Oil and Gas Installations: A Comparative Approach to the Legal & Contractual Issues, Texas, Barrows Company Inc.

CARVALHO, Paulo Roberto de Santos. *O Impacto da Legislação Ambiental na Indústria do Petróleo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão (dir.). *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1958.

COSTA, Carlos Jorge Sampaio, *O Código de Conduta das Empresas Transnacionais*, Rio de Janeiro, Forense, 1984.

DERANI, Cristiane *Direito Ambiental Econômico*. São Paulo, Max Limonad, 1997.

DOLINGER, Jacob, *Direito Internacional Privado*, Rio, Renovar, 2003.

Environmental Policy and Law Paper n° 47 – Energy Law and Sustainable Development, Edited by Adrian J. Bradbrook and Richard L. Ottinger, em 2003.

FERREIRA, Doneivan F. e SUSLICK, Saul B. *Decomissioning of Offshore Oil and Gas Installations: Economic and Fiscal Issues*, Campinas, Editora Komedi, 2005.

GARCIA-AMADOR, F.V. *The Emerging International Law of Development: a New Dimension of International Economic Law*. New York: Oceana, 1990.

GUILLEN, Hilda. SEMINÁRIO SOBRE MEIO AMBIENTE, Buenos Aires, 2002. [Palestras Apresentadas] Rio de Janeiro: Uerj; Austin, Texas: AIPN, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Passado como Futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

KAMMINGA, Menno T. e ZIA-ZARIFI, Saman,. *Liability of Multinational*

Corporations under International Law, Haia, Kluwer Law International, 2000.

KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

LAMAS, Natália Mizrahi. A Cláusula Compromissória Estatutária como Regra De Governança Corporativa: Uma Análise de seu Alcance Subjetivo. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito; Agência Nacional do Petróleo, 2004. 94 f. Monografia (Bacharel em Direito).

Leaders: The Good Company; Capitalism and Ethics (The Economist, 22nd January, 2005); Leaders: Bad Arguments against the Good Company? (EC Newsweek, 31 Jan. 2005).

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*, 10^a ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

MARCOVITCH, Jaques (Coord.). *Cooperação Internacional: estratégia e gestão*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994.

MASSOCATO, Carolina Assano. Responsabilidade Civil em Matéria Ambiental. Monografia (Graduação) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2002, (cópia cedida por gentileza da autora).

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional Econômico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

MORIN, Edgar. *As Duas Globalizações: Complexidade e Comunicação uma Pedagogia do Presente*. 2a. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOTA, Maurício, Princípio da Precaução: Uma construção a partir da razoabilidade, *Revista Brasileira do Direito do Petróleo e Gás*, RBDP, vol.2. UERJ, 2207(no prelo).

REI, Fernando, A Peculiar Dinâmica do Direito Internacional do Meio Ambiente in *Direito Internacional do Meio Ambiente Ensaio em Homenagem ao Prof. Guido Fernando Silva Soares* São Paulo, Atlas, 2006.

Revista de Direito Administrativo, vol. 243, set./dez. 2006, São Paulo, Atlas.

Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1958.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá *Direito do Petróleo: As Joint Ventures na Indústria do Petróleo*, 2^ad Renovar, Rio de Janeiro. 2003.

ROSMAN, Luiz Alberto Colonna. *Governança Corporativa*. In: Revista de Direito Renovar-nº 31/2005. Rio de Janeiro: Renovar.

SANDS. Philippe, *Principles of International Environmental Law*, Cambridge, 2nd edition, 2003.

SMITH, Ernest E. et al. *International Petroleum Transactions*, Denver, Rocky Mountain Mineral Law Foundation, 2000.

SMITH, Ernest E.; CONINE, Gary B. Environmental Protection and Related Issues.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito Internacional do Meio Ambiente. Emergência, Obrigações e Responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001.

TARP, Finn, *Foreign Aid and Development – Lessons learnt and Directions for the Future*, London, Routledge, 2000.

TAVERNE, Bernard. *Petroleum, Industry and Governments: an Introduction to Petroleum Regulation, Economics and Government Policies*.

URRITIA R., José Antonio. The Beginning and the End: Liability for Pre-existing Conditions and Reclamation Obligations in Latin América, [S.n.t.].

WAEDELDE, Thomas The role of selected international agencies in the formation of international energy law, IUCN Environmental Policy and Law Paper n° 47 – Energy Law and Sustainable Development, Edited by Adrian J. Bradbrook and Richard L. Ottinger, em 2003.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, *Our Common Future*, Oxford University Press, 1987.